

“Ilhas da Coesão”

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores,
Exmas. e Exmos. Deputados,
Exma. e Exmos. Membros do Governo Regional,

As **“Ilhas da Coesão”** são um conceito recentemente introduzido no dicionário político açoriano pelo Partido Socialista. Até compreendemos que alguns órgãos de comunicação social tenham algumas dúvidas sobre os meios utilizados nas políticas de coesão introduzidas pelo Partido Socialista e não tenham um conhecimento apurado sobre o processo legislativo desta Casa. Contudo, é preocupante que alguns Deputados do PSD não saibam o que dizem e, pior ainda, que digam disparates sobre esta matéria. Como diz o ditado popular, *“- às vezes a ignorância é atrevida”*. A postura do PSD de São Jorge sobre as Ilhas da Coesão, bem como algumas declarações dos seus responsáveis demonstram um total desconhecimento sobre uma matéria que por sinal é de extrema importância.

Na qualidade de Deputado da bancada do Partido Socialista, sentimos o dever e a responsabilidade de fazer esta intervenção no sentido de esclarecer alguns intervenientes, sobretudo responsáveis políticos locais. E, por outro lado, não menos importante, sentimos o dever de colaborar como Senhor Secretário Regional da Economia na identificação, em São Jorge, de projectos estruturantes, urgentes e enquadráveis na sociedade Ilhas da Valor.

Exmo. Senhor Presidente,
Exmas. e Exmos. Deputados,
Exma. e Exmos. Membros do Governo Regional,

A condição arquipelágica dos Açores impõe cada vez mais que as políticas conducentes ao seu desenvolvimento sejam orientadas no sentido de um crescimento equilibrado e sustentável, quer dos sectores de actividade que sustentam a base económica quer das parcelas que integram o espaço territorial do arquipélago. Esta realidade impõe que sejam tomadas medidas específicas de intervenção governamental, por forma a que sejam colmatadas as denominadas falhas de mercado, garantindo-se a coesão económica, social e territorial. Neste sentido, entendeu o Partido Socialista proceder a alguns ajustamentos ao nível da política económica, com a finalidade de propiciar as condições para um desenvolvimento equilibrado de todas as parcelas do território, incluindo São Jorge, construindo as bases para potenciar o investimento privado nas ilhas ou áreas onde ainda não têm apetência.

Neste contexto, é de destacar: a criação da Direcção Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico, na sequência do reconhecimento da existência de diferentes realidades ao nível dos graus de desenvolvimento das nossas ilhas mediante a decisão de discriminar positivamente as “Ilhas da Coesão”; a reorientação dos objectivos do Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, com a criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão Económica e a afectação de novas valências e

âmbito de intervenção. Por último, a constituição de uma sociedade anónima de capitais públicos, denominada Ilhas de Valor, S.A., como instrumento de política económica para actuação em áreas de elevado potencial económico mas que, pelo elevado investimento dos projectos envolvidos ou pelas actuais condições de mercado, ainda não permitem uma adequada rentabilização do capital privado.

Exmo. Senhor Presidente,
Exmas. e Exmos. Deputados,
Exma. e Exmos. membros do Governo Regional,

A Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica é o órgão operativo do Governo Regional, ao qual estão afectas funções relacionadas com a coesão económica, gestão de sistemas de incentivos regionais e nacionais com aplicação à Região, e promoção de parcerias público-privadas de investimento.

Tendo por base o actual quadro de globalização da economia e de sistemáticas e profundas alterações do contexto onde as empresas desenvolvem as suas actividades, o Governo Socialista tem vindo a pautar as suas intervenções, com o objectivo último de criar na Região Autónoma dos Açores um ambiente sócio-económico favorável ao desenvolvimento harmonioso, em condições de igualdade nas diferentes ilhas que compõem a realidade arquipelágica da Região.

Neste sentido, e por forma a concretizar-se o objectivo acima referido, foi determinado proceder-se a uma discriminação positiva das ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, designadas por “ilhas da coesão”, tendo para isso sido tomadas, ao longo do ano de 2005, medidas ao nível da reformulação dos sistemas de incentivos regionais.

Assim, procedeu-se nesta Casa a diversas alterações aos diferentes Decretos Legislativos Regionais que regulamentam os sistemas de incentivos: SIDER - Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional; SIDEL – Subsistema para o Desenvolvimento Local; SIDET – Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo; SIDEPE – Subsistema de Prémios.

No respeitante ao seu impacte no que concerne às ilhas da coesão, este verifica-se a três níveis:

- i. Taxas superiores de incentivo;**
- ii. Eliminação das fases de candidatura, podendo a todo o momento ser entregues projectos;**
- iii. Eliminação da restrição orçamental, sendo apoiados todos os projectos económica e financeiramente viáveis.**

Mais gostaria de referir que, mesmo sem estar em vigor esta legislação, no âmbito do SIDEL das 24 candidaturas aprovadas recentemente nas Ilhas da Coesão 13 são de São Jorge e no âmbito do SIDET das 16, 9 são de São Jorge, o que demonstra que, ao

contrário do PSD, os empresários de São Jorge estão a promover o desenvolvimento da nossa ilha.

Atendendo ainda à realidade destas ilhas no respeitante às dificuldades na elaboração dos projectos, foram estabelecidos protocolos com a Ordem dos Arquitectos e com as Câmaras de Comércio e Indústria da Horta e de Angra do Heroísmo, ao abrigo dos quais as deslocações de arquitectos e de economistas, com a finalidade de facultar apoio aos empresários das ilhas da coesão, são pagas pela Secretaria Regional da Economia.

È lamentável que alguns responsáveis políticos confundam estas alterações legislativas, de discriminação positiva de algumas das nossas ilhas, com a acção da Sociedade Anónima, Ilhas de Valor, SA., até apetece perguntar:

- O que andam aqui a fazer?

Exmo. Senhor Presidente,
Exmas. e Exmos. Deputados,
Exma. e Exmos. membros do Governo Regional,

Por outro, foi também criado o FRACDE – Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico

Trata-se de um organismo, também na dependência da Secretaria Regional da Economia, com autonomia administrativa e financeira, criado em Decreto Legislativo Regional nº 17/2005/A, de 20 de Julho de 2005, aprovado por este Plenário, e não foi há muito tempo.

Esta iniciativa legislativa tem por finalidade proceder a uma reorientação dos objectivos do Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, introduzindo para o efeito novas competências, nomeadamente no domínio das parcerias público-privadas, em moldes que permitam que o investimento público contribua com maior eficácia e intensidade nos concelhos e ilhas onde, dadas as condições de mercado, e atendendo aos sectores de actividade e ao carácter mais ou menos estruturante, o investimento privado seja mais débil, dinamizando assim a organização local das respectivas economias.

Em São Jorge um dos exemplos é o financiamento da electrificação das Fajãs, numa primeira fase para dar cumprimento à Proposta de Resolução apresentada pelos Deputados do Partido Socialista. O Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico intervém igualmente na harmonização dos preços de bens e serviços de carácter essencial contribuindo também, deste modo, para reforçar a coesão económica e social.

Exmo. Senhor Presidente,
Exmas. e Exmos. Deputados,
Exma. e Exmos. membros do Governo Regional,

Por ultimo o Governo Regional procedeu à criação de mais um instrumento da sua política económica, a Ilhas de Valor, SA.

Trata-se de uma sociedade anónima de capitais públicos criada ao abrigo da Resolução n.º 177/2005, de 24 de Novembro.

É de todos conhecida a forma como a dispersão geográfica dos Açores é penalizadora para o seu desenvolvimento harmonioso e sustentável, em condições de igualdade de atracção do investimento privado. Esta realidade impõe que se adoptem políticas de intervenção pública, em parceria com capitais privados, por forma a criar-se, em todas as ilhas, as condições iniciais para um desenvolvimento posteriormente sustentado na iniciativa privada. Com esta finalidade, foi decidido criar uma sociedade anónima de capitais públicos.

Esta sociedade tem assim como principais objectivos promover, em parceria com capitais privados, a construção e exploração de empreendimentos considerados estruturantes para a prossecução das políticas públicas, ou a realização de projectos estratégicos, em determinadas ilhas não confinadas às ilha de coesão, com a finalidade última de, criadas as condições de mercado, proceder à sua alienação para os privados.

Entende o Partido Socialista que desta forma será possível alavancar o potencial de capitais privados, assumindo a iniciativa de promover, a prazo, as condições de investimento privado em áreas que, pelo volume de investimento ou pela inexistência de massa crítica, sejam neste momento pouco atractivas para a rentabilização daquele capital.

Espero estar a ser suficientemente esclarecedor...

Exmo. Senhor Presidente,
Exmas. e Exmos. Deputados,
Exma. e Exmos. membros do Governo Regional,

É neste ponto que, em minha opinião, devemos questionar o Sr. Secretário da Economia sobre o facto de ainda não estar previsto nenhum investimento desta Sociedade Anónima para a ilha de São Jorge, mas cabe aos Deputados do PS, suficientemente esclarecidos sobre esta matéria, fazer o trabalho da oposição, pois esta, confusa, confundiu as pessoas, perdendo-se na ânsia de atacar o Governo do Partido Socialista.

Deviam, sim, vir a público, apresentar ideias sobre esta matéria. Porém, mais uma vez essa incapacidade ficou demonstrada. É por isso que cada vez que há eleições para a Assembleia Legislativa Regional, os Senhores descem.

Começo a ficar seriamente preocupado com a falta de inovação, e novas ideias desta oposição.

Exmo. Senhor Presidente,
Exmas. e Exmos. Deputados,
Exma. e Exmos. membros do Governo Regional,

Face a esta realidade, cabe-me assim, na qualidade de cidadão de São Jorge, de Deputado Regional eleito pelo círculo eleitoral de São Jorge, demonstrar que existem investimentos que são pertinentes, estruturantes, importantes e vitais para alavancar, entre outras, a indústria do turismo em São Jorge.

Em primeiro lugar, reconhecer o investimento público a executar na presente legislatura, estruturante e determinante para o futuro da Ilha de São Jorge, de que são exemplos:

• Aerogare de São Jorge	3 967 692 €
• Núcleo de Recreio Náutico de Velas	5 148 000 €
• Redes Eléctricas do Porto da Calheta	417 690 €
• Remodelação do Porto das Velas	2 590 965 €

Em breve será apresentado o projecto de ampliação do aeroporto de São Jorge, obra determinante para o futuro da nossa ilha.

Contudo, gostaríamos de alertar para a necessidade de aumentar a dinâmica na oferta de alojamento, explorando novos mercados e sendo mais incisivo nas acções de promoção da oferta hoteleira local. Um Investimento nesta área, com investidores externos em parceria com os locais, iria potenciar a ilha no seu todo e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos estabelecimentos hoteleiros existentes.

Por outro lado, as fajãs de São Jorge são a imagem de marca desta ilha e uma das mais divulgadas dos Açores, mas que, infelizmente, tem estado abandonada, sobretudo pelo poder Local e submetida às intervenções de particulares e até de instituições que não respeitam o seu equilíbrio arquitectónico e paisagístico. Recentemente a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, após uma visita de Sua Ex. o Sr. Presidente do Governo Regional às Fajãs de São Jorge, iniciou um conjunto de acções que irão potenciar, desenvolver e salvaguardar algumas delas. Nestes locais ímpares poderá ser criado um nicho de alojamentos turísticos em espaço Rural que será, de certo, potenciador do desenvolvimento da Ilha e da Região Açores, com uma imagem de marca muito forte.

Estes são apenas dois exemplos concretos de que a Ilhas de Valor, SA, têm para introduzir no seu plano de actividades. Na ilha de São Jorge existem zonas que perderam nos últimos anos mais de 20% da população, e por isso há projectos que devem fazer parte desta Sociedade Anónima.



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista é grande defensor da política económica de coesão, arquitectada pelo actual Governo Regional, entendendo que os investimentos anunciados noutras ilhas são estruturantes e em nada prejudicam a ilha de São Jorge ou outra qualquer. Mas, consideramos urgente travar desequilíbrios existentes dentro, e entre cada uma das nossas ilhas.

Disse,

Rogério Paulo Veiros.

Horta, Sala das sessões, 23 de Fevereiro de 2006.